

## **Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da Abertura**

Gabriela Miranda Marques

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

[gabriela\\_mmarques@yahoo.com.br](mailto:gabriela_mmarques@yahoo.com.br)

**Resumo:** Ao longo do período de Abertura no Brasil, muitos movimentos sociais emergiram, diversos deles com o apoio da Igreja Católica. Diversos militantes foram formados politicamente nas Comunidades Eclesiais de Base, e dentre eles podemos citar algumas das mulheres que participam do Movimento de Mulheres Agricultoras. O presente artigo visa esclarecer a relação desse movimento com as Comunidades Eclesiais de Base no período. Lembro que essa organização aqui analisada, assim como a Igreja, não é homogênea e teve dinâmicas próprias em cada município do estado de Santa Catarina. Focarei o oeste catarinense, onde emerge o Movimento de Mulheres Agricultoras amparado pela Igreja e pelas CEBs.

**Palavras-chave:** Movimento de mulheres, Igreja, abertura, Comunidade Eclesial de Base.

**Title:** Peasant women's movement in Santa Catarina and Ecclesiastical Communities of Base in the political opening in Brazil

**Abstract:** Throughout the period of political opening in Brazil, many social movements had emerged, many of them with the support of the Catholic Church. Many militants had been formed politically in the Ecclesiastical Communities, amongst them we can cite some of the women who participate of the Peasant women's movement. The present article aims to clarify the relations of this movement with the Ecclesiastical Communities of Base in the period. I remember that this organization, as well as the Church, is not homogeneous and had a dynamic in each region of the state. I will linger myself mostly in the west of Santa Catarina State, where the Peasant women's movement emerges supported for the Church and the CEB.

**Key-words:** Movement of women, Church, opening, Ecclesiastical Community of Base.



Este artigo tem o objetivo de esclarecer as relações entre o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina<sup>1</sup> e as Comunidades Eclesiais de Base durante os tempos da abertura política no Brasil, aqui entendida como o período que se inicia em 1974, com o governo de Ernesto Geisel, e se estende até 1988, com a nova Constituição. Embora esses anos sejam chamados de Abertura e período brando da ditadura, percebemos que as práticas repressivas do Estado e sua política econômica se mantêm<sup>2</sup>. Muitas transformações estão ocorrendo na sociedade, muitos movimentos de contestação se reorganizam, outros emergem nesse contexto. A Igreja Católica também está sofrendo grandes alterações em suas práticas, moral e ética, com uma escolha preferencial pelos pobres iniciada no Concílio Vaticano II (1962-65) e reforçada na Conferência Episcopal de Puebla – México (1979).<sup>3</sup> Essa nova visão, ligada à da Teologia da Libertação, possibilitou novas práticas da Igreja frente aos problemas sociais e sobre a realidade mundial. Como instrumento de inserção na realidade, a Igreja prega uma aproximação do mundo dos fiéis. Nesse contexto, emergem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos organizados localmente onde se discutiam questões relativas à liturgia, assim como questões sociais, um espaço em que se identificavam os problemas e havia uma conscientização política visando à transformação das relações sociais e da própria sociedade. As CEBs tiveram ampla inserção no oeste de Santa Catarina, área objetivada neste estudo.

Nas décadas de 1970 e 1980, em todo o Brasil, e notavelmente em Santa Catarina, as populações rurais vão sofrer com a expansão do agronegócio e o fim da fronteira agrícola, ameaças imediatas à pequena propriedade rural, principal forma de produção nessa área. Nessas décadas, formam-se no estado, em especial no oeste, inúmeros movimentos de enfrentamento a essa lógica econômica, muitos deles nascidos no interior dos grupos da Igreja Católica ou com o apoio desta, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), dos movimentos contra barragens<sup>4</sup> etc.

Focarei o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), que emerge na área de Chapecó, compartilhando dessa conjuntura. A organização é fundada oficialmente em 1981, mas seu processo embrionário ocorre nos anos anteriores. Para analisar sua relação com a

<sup>1</sup> O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina atua hoje sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas – SC. Isso se deve à organização nacional dos movimentos de mulheres no campo. Neste trabalho, devido à sua periodização, será utilizada a designação Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA).

<sup>2</sup> SADER, Emir Simão. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990.

<sup>3</sup> MORENO REJON, Francisco. **Desafios à teologia moral na América Latina.** São Paulo: Paulinas, 1990.

<sup>4</sup> Movimento das Barragens, ou Movimento dos Atingidos por Barragens. CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina.** Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 26.



Igreja, é necessário ter em mente, previamente, que se trata de uma área onde a população é muito devota, geralmente inserida no cotidiano da Igreja.<sup>5</sup> Com o intuito de possibilitar a construção da narrativa histórica, foram realizadas duas entrevistas e lidos diversos livros e dissertações que permitiram um maior esclarecimento da problemática proposta.

De início, nas entrevistas realizadas, pode-se perceber que a relação com as CEBs é fundamental para a conscientização política dessas mulheres. Assim, aparece no depoimento de Rosalina Nogueira, participante do MMA e que foi membro das CEBs desde 1976:

A partir das Comunidades Eclesiais de Base, surgiu e despertou nas mulheres o interesse em se organizar em grupo para ter mais força de lutar em busca dos seus direitos. [...] A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças às CEBs [sic], ligando a fé com a vida e a conscientização nos mostrando o rumo da organização.<sup>6</sup>

De fato, como diz Daboit, as mulheres desempenhavam anteriormente funções na Igreja, um espaço do qual já participavam.<sup>7</sup> Mas temos de ter em vista que esse movimento de politização, de criação de grupos de reflexão por parte da Igreja, não estava acontecendo em todas as partes e dioceses do estado. O Movimento de Mulheres Agricultoras emerge com o apoio de uma diocese específica, a de Chapecó, apoiado por Dom José Gomes, arcebispo da diocese na época. Nas duas entrevistas realizadas, o arcebispo é mencionado como o grande mentor dos movimentos sociais da região, colocado em oposição com outros padres que não aceitavam essa nova relação na Igreja.<sup>8</sup> Não podemos perder de vista que ainda se estava sob a égide da repressão, e os movimentos sociais não tinham condições de agir livremente para conquistar seus ideais – portanto, entendemos que a “proteção” exercida pela Igreja era fundamental. A Igreja, naquela época, era uma das poucas instituições capazes de enfrentar o Estado e obtém o papel de mediadora entre camponeses e governo.<sup>9</sup>

Não seria certo afirmar que a legitimidade exercida pela Igreja impedia o movimento de sofrer ataques, porém isso se dava em outros espaços. De acordo com o relato de Ivete Mendes, o movimento sofria ataques, sim. Alguns membros eram perseguidos, mas essa

<sup>5</sup> DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político**: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no oeste catarinense. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996. p. 37.

<sup>6</sup> Entrevista com Rosalina Nogueira da Silva, 55 anos, moradora de Chapecó – SC e membro do Movimento de Mulheres Agricultoras. Realizada em 9 de maio de 2007, por e-mail, com questionário da autora. Arquivo pessoal.

<sup>7</sup> DABOIT, *op. cit.*, p. 37.

<sup>8</sup> Entrevista com Ivete Margarida Andrade Mendes, 38 anos, moradora de Ita – SC. Membro do Movimento de Mulheres Agricultoras. Realizada em 9 de maio de 2007 por e-mail, com questionário da autora. Arquivo pessoal.

<sup>9</sup> DABOIT, *op. cit.*, p. 23.



perseguição de dano prioritariamente em espaços externos à estrutura, quando se partia para a ação direta. Na fala de Ivete Mendes, “a repressão se deu principalmente nas manifestações, trancamento de estradas, bancos”<sup>10</sup>. Rosalina Nogueira também cita esses eventos como os lugares onde os trabalhadores eram presos e torturados.<sup>11</sup> Assim, dentro do espaço de organização que era a Igreja, o movimento estava “seguro”; no entanto, quando interferia no espaço externo, causando transtornos à ordem estabelecida, sofria com a repressão do mesmo modo que as demais organizações da época.

Como visto, as CEBs foram fundamentais para a construção do MMA. Mas como isso se deu? As CEBs agiam como grupos de reflexão, de forma não hierarquizada, e neles eram discutidos temas como o êxodo rural, o endividamento dos agricultores, a exploração da classe trabalhadora e, também, a discriminação das mulheres.<sup>12</sup> É importante lembrar, como nos diz Daboit, que a questão da mulher aí é tida do ponto de vista de classe e não de gênero. Assim, a primeira identidade assumida por essas mulheres é a de agricultoras. O início do movimento se deu com a luta dessas mulheres para participarem do sindicato e terem sua profissão de agricultoras reconhecida.<sup>13</sup> Lutam na oposição sindical exigindo a participação nos sindicatos e por terem os direitos reconhecidos aos trabalhadores rurais homens também para elas.<sup>14</sup> Essa identidade<sup>15</sup> é formada relacionalmente, assim o movimento não pode ser descontextualizado da ameaça à pequena produção e a esse próprio campesinato. Explico: lutam ao se sentir ameaçadas em sua ocupação e em toda a lógica que a acompanha. Ao se darem conta de que todo o seu conjunto de crenças está sendo destruído, essas agricultoras vão se reconhecer como tal e tomar para si a responsabilidade de defesa de sua lógica frente a essa nova que está se estabelecendo. Portanto, essas mulheres assumem primeiro a defesa de sua classe, assumindo a identidade de agricultoras (camponesas), para depois buscarem também a libertação no campo do gênero.

Trata-se de um movimento de mulheres, portanto, perpassam questões específicas ao gênero. Mesmo que em seu início não fossem discutidas questões atribuídas ao feminismo, essas mulheres sofriam represálias dentro da própria família, já que o espaço público não era atribuído a elas. Muitas vezes, os próprios maridos não permitem que as esposas frequentem esses espaços. O que cita um entrevistado por Daboit é que os maridos, sim, ofereciam

<sup>10</sup> Ivete Margarida A. Mendes. Entrevista citada.

<sup>11</sup> Rosalina N. da Silva. Entrevista citada.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 39.

<sup>14</sup> Como a aposentadoria, por exemplo, conquistada em 1988.

<sup>15</sup> Usa-se aqui o conceito de identidade de HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Sobre o MMA, ver CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 12.



resistência à luta de suas mulheres no espaço público, mas que a interferência dos padres junto a eles possibilitou que um maior número de mulheres participasse do movimento. Os maridos reconheciam que a Igreja, através do seu discurso, dava legitimidade ao movimento.<sup>16</sup> No dizer de Casagrande,

Os clérigos e os agentes pastorais são pessoas que inspiram maior confiança por parte das comunidades camponesas. Acreditam e confiam no que dizem e fazem esses agentes e também por se apresentarem como que despidos de ambições pessoais<sup>17</sup>.

Atrelado a isso, a Igreja é dotada de um poderoso discurso, capaz de cativar e convencer as pessoas. Quando a instituição católica reconhece as ações das mulheres, lhes confere a legitimidade. Bourdieu<sup>18</sup>, no entanto, diria que esse poder que emana do discurso eclesial não é conferido pelo que dizem os padres e clérigos, mas, sim, pelo que eles representam, por toda a carga simbólica contida nesse discurso.

No interior do movimento há também uma grande luta para acabar com essa submissão da mulher no espaço familiar. A discriminação que ela sofre no espaço público também acontece no âmbito privado, é uma luta em dupla frente. No dizer do marido de uma agricultora e militante do MMA, os homens têm comportamentos diversos frente a essa situação:

[...] muitos maridos dessas mulheres concordaram. [...] Houve caso onde as mulheres ficaram um mês em Brasília. Muitas vezes o homem fica meio rebelde, ele se irrita, reclama, sente falta da companheira. Alguns descobriram que têm na companheira uma lutadora. Em outras famílias teve separação. Mas a mulher não recuou da luta. E também houve muitos casos em que a liderança da mulher foi sufocada. Aconteceu o desentendimento e cobrança muito grande da família porque a mulher saía, e então as mulheres, para não se separarem, voltaram para casa e ficaram quietas<sup>19</sup>.

Pode-se perceber que muitas dessas mulheres enfrentaram dentro de casa uma luta tão intensa quanto nos espaços públicos. Para elas, a luta por novas relações na família vem se construindo aos poucos. No espaço das CEBs, as mulheres se descobriram como indivíduos transformadores da sociedade. Foi aí também que perceberam quanto são desiguais as relações na família, discutindo a divisão de tarefas. Assim, assumem seu papel como

<sup>16</sup> DABOIT, *op. cit.*, 58.

<sup>17</sup> CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 64.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996.

<sup>19</sup> Depoimento de um marido de agricultora do MMA. *Apud*; DABOIT, *op. cit.*, p. 61.



transformadoras dessa realidade. Nesse caminho, têm incorporado discussões feministas em seus debates e práticas coletivas. Mesmo que em seu início não lhe seja atribuído o caráter de feminista, o MMA era tido como um movimento de mulheres; algumas participantes mantinham contato ou sabiam das discussões que estavam acontecendo, principalmente nos grandes centros, sobre a libertação da mulher. O feminismo de Segunda Onda<sup>20</sup> foi chamado pela Igreja local de falsa libertação da mulher, como prejudicial ao bom relacionamento familiar.<sup>21</sup> Assim, foi necessário um trabalho para afirmar que o Movimento de Mulheres Agricultoras queria a ‘verdadeira’ libertação da mulher e que não era feminista. Mas desde meados da década de 1980 as mulheres foram inserindo, de maneira gradativa, temas caracteristicamente feministas como a questão do aborto, discutida coletivamente no Dia Internacional da Mulher em 1986.<sup>22</sup> Mesmo que essa problemática seja tratada do ponto de vista católico, a preocupação de inseri-la no debate demonstra que, ao longo dos anos, a questão específica da mulher passa a ter tanta importância para o movimento quanto a questão de classe. A ponto de, hoje, o movimento se identificar como feminista.<sup>23</sup>

Voltando à formação do movimento, notamos a influência das Comunidades Eclesiais de Base na própria estrutura da organização. Em 1983, em sua assembléia estadual, instância máxima de decisão do movimento no estado, decide-se como forma de organização manter a estrutura das CEBs, preservando a horizontalidade, ou a chamada democracia de base, em que o papel de cada militante é considerado fundamental para a luta. Mantém-se, inclusive, a mesma divisão de regionais feita pelas dioceses e pastorais na organização das CEBs<sup>24</sup>. A estrutura física para o funcionamento do MMA também era fornecida pela Igreja, que nos primeiros tempos disponibilizava salas para reuniões e para alojar a coordenação, material para divulgação e debate etc.

Percebemos, assim, ao longo deste artigo, a importância das Comunidades Eclesiais de Base na formação, na manutenção e como mentora, por longo tempo, do Movimento de Mulheres Agricultoras, que durante seus primeiros anos, sob o jugo da repressão, apoiou-se na Igreja. Aí venho refutar a idéia, expressada por Daboit<sup>25</sup>, de que as mulheres foram

<sup>20</sup> O chamado movimento feminista de Segunda Onda, que se deu a partir da década de 60, enfatizou as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “O privado é político”.

<sup>21</sup> CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 38.

<sup>22</sup> MARTINS, Clitia H. Back. **Mulher e política**: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Florianópolis, 1987. Tese (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. *Apud*: CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 40.

<sup>23</sup> Sobre o atual Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, ver <<http://www.mmcbrasil.com.br>>. Acesso em: 27 maio 2007.

<sup>24</sup> CASAGRANDE, *op. cit.*, p. 39 e 47-50.

<sup>25</sup> DABOIT, *op. cit.*, p. 6.



totalmente submissas à Igreja. Muitas mulheres, anteriormente, já tinham contato com movimentos sociais, mas não tinham possibilidade de criar uma rede de sociabilidade. Essas redes de sociabilidade formadas nas CEBs permitiram a troca de experiências pessoais e públicas, facilitando o engajamento político das diversas participantes. A Igreja funciona como facilitadora do processo da educação e politização dessas mulheres, mas elas são totalmente capazes de fazer suas próprias escolhas e reelaborar as informações que lhes são dadas.<sup>26</sup> Ao observarmos as informações aqui fornecidas deste ponto de vista, podemos tirar algumas conclusões.

As mulheres iniciam sua organização própria no oeste catarinense através das CEBs. Lembramos que CEBs fornecem os meios, mas a ânsia de transformação e força para lutar vêm das mulheres. O apoio da Igreja durante todo o período da abertura política pode ser observado de dois ângulos: a instituição católica queria manter sob “rédea curta” o movimento, para poder impedi-lo de ir contra os preceitos católicos, mas, por outro lado, as mulheres vão ter o apoio institucional necessário para ingressar no meio político com legitimidade. Na fala de Dom José Gomes:

Nós nunca dissemos que deveria haver um movimento de mulheres. Foram elas que, a partir das discussões que faziam, chegaram à conclusão de que deveria haver o seu Movimento. Não surgiu da nossa idéia. Não dissemos vocês devem fazer isso ou aquilo. Ele foi surgindo. O bonito foi que a consciência dos direitos sociopolíticos etc. foi despertando e elas organizaram o seu Movimento<sup>27</sup>.

Nota-se, como aparece nessa fala, a autonomia do movimento, mesmo estando no espaço da Igreja e trocando experiências com ela. Visto que se trata de uma relação de mão dupla, não é coerente afirmar a total submissão das mulheres. Os problemas nessa relação começam a aparecer mais adiante no tempo, já com a democracia estabelecida, em que há um recrudescimento da Igreja Católica. A Teologia da Libertação vai perder força, e muitas das CEBs deixarão de funcionar. Por outro lado, o MMA passa, cada vez mais, a incorporar o discurso feminista, que não é bem-aceito no catolicismo em geral. As mulheres dizem que o conflito entre a Igreja e o movimento “acaba acontecendo principalmente porque a Igreja tem uma estrutura [sic] patriarcal [...] e as mulheres quando começam a participar do movimento começam a questionar muitas coisas e não aceitar mais”<sup>28</sup>. Durante o período que nos

<sup>26</sup> MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de Gênese**: o povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 187.

<sup>27</sup> GOMES, Dom José. *Apud*: DABOIT, *op. cit.*, p. 43.

<sup>28</sup> Ivete Margarida A. Mendes. Entrevista citada.



interessa neste artigo, porém, segundo a integrante do movimento, não havia conflito, “havia muito mais espaço na Igreja para o andamento da nossa organização”<sup>29</sup>.

Não esqueçamos também que os movimentos sociais se constroem no cotidiano, de acordo com as demandas específicas das organizações, mas também de acordo com a conjuntura. Vale a pena ressaltar que essa experiência facilitada pelas Comunidades Eclesiais de Base possibilitou uma grande transformação social e na vida de diversas mulheres. Deixemos Rosalina Nogueira da Silva falar:

Fazer parte de um movimento político é uma das maneiras que me sinto útil, sei que minha contribuição serve para transformar a sociedade para melhor e temos a certeza que a libertação das mulheres é obra das próprias mulheres. A gente nunca esquece que nosso primeiro passo foi graças as CEBs [sic]<sup>30</sup>.

Não se pode atribuir uma valoração específica a essa relação analisada aqui. Em se tratando de movimentos sociais e de uma instituição tão controversa como a Igreja, sempre haverá mais aspectos a ser observados.

---

<sup>29</sup> Rosalina N. da Silva. Entrevista citada.

<sup>30</sup> Idem.

